

Educação Patrimonial e participação comunitária

Pedro Pereira Leite¹

Comunicação apresentada no 6º Museion, da Rede Transfronteiriça de Museus, realizada no dia 25 de novembro de 2016, no Museu de Plasência

Queridos amigos e amigas da Rede Transfronteiriça de Museus Museion. Agradeço o convite para participar neste VI encontro. Agradeço ao Museu de Plasência e à sua Deputación todos os esforços que permitiram a minha presença aqui. Saúdo as colegas Ana Mercedes, Aida Rechená e Ana Carro, pelo convite. Cumprimento Juan Valdés Iñaki Díaz Balerdi e Joan Vicens, meus colegas nesta mesa. Uma saudação especial para Laura Tirado pela sua capacidade de organização que permite hoje a nossa reunião neste centro cultural.

Comemora-se hoje, dia 25 de novembro, o dia internacional contra a Discriminação e a Violência sobre a Mulher, que decorre da Convenção homónima aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecida por CEDAW, no seu acrónimo inglês.

Abordo aqui hoje esta efeméride, porque me parece uma relevante questão para os trabalhos nos museus nos tempos que vivemos. A questão do género está hoje no centro das políticas do património, e numa forma mais lata, da cultura na defesa da dignidade humana. A dimensão do património nos museus e a sua proposta de ação sobre o desenvolvimento das comunidades não pode ser dissociada da questão da dignidade humana e do reconhecimento da sua diversidade. E este é um desafio que a questão do género nos coloca na construção das narrativas museológicas ou sobre o património.

Aida Rechená, aqui presente nesta sala, demonstrou na sua Tese "Sociomuseologia de Género" que, nas narrativas nos museus portugueses, de um modo geral a mulher surge representada num lugar de subordinação, reproduzindo um estereótipo dominante na sociedade. A Mulher não surge como sujeito da narrativa, apenas como objeto dessa narrativa.

Quem trabalha hoje nos museus e nas organizações culturais não pode deixar de estar atento e crítico às linguagens usadas na construção das narrativas sobre as posições sociais dos seus autores. É necessário não ter a ingenuidade de pensar que as representações são desprovidas de sentidos sociais, e que se sobre elas não exercermos um olhar crítico, a narrativa é uma mera reprodução de estereótipos e não contribui para a função social de criar consciência

¹ Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, membro do MINOM e Professor de Museologia na ULHT

A questão da representação crítica das mulheres nos museus é uma das formas de afirmar o gênero como um sujeito social. De dar configuração ao conteúdo da Convenção Contra a Discriminação e a Violência sobre as Mulheres. De entender que a discriminação implica que os diferentes atores sejam os sujeitos das suas próprias narrativa.

Essa Dimensão, de afirmação de Direitos, que são Direitos Humanos, está inscrita nos diferentes instrumentos internacionais e nas constituições dos estados. Não estamos a dar-vos nenhuma novidade. Todos sabemos que estes direitos estão consignados nos principais instrumentos legais. A mulher e a cultura são, como se costuma dizer, objetos da lei.

O desafio. O nosso desafio, no campo da Educação Patrimonial, é fazer com que a cultura seja também um sujeito de transformação que essa lei enuncia. Por isso usei aqui o exemplo da CEDAW. Ela ilustra o caminho que temos que percorrer, para fazer com que as leis sejam mais do que enunciados no papel. Isso é relevante e fundamental. Mas não nos basta. Como todos os enunciados legais, da lei emergem direitos e deveres. E se temos determinados direitos, temos o dever de os exercer e de o fazer exercer.

Para quem trabalha com as questões do direito da cultura, usa como referencia a Declaração de Friburgo que tem como objetivo garantir o acesso e o usufruto dos bens patrimoniais, bem com a livre criação, considerados como elementos agregadores da Dignidade Humana, questão intimamente associada aos Direitos Humanos. Esta questão está hoje no centro dos debates que levamos a cabo para entender o lugar da cultura no âmbito do desenvolvimento e da educação patrimonial. E é nesta dimensão que queremos discutir a questão se o património é ou pode ser um instrumento de desenvolvimento para a comunidade.

Uso aqui a ideia de “Desenvolvimento” com algum sentido crítico. Como sabemos, a ideia de desenvolvimento constitui-se como uma narrativa que vem substituir a ideia de riqueza das nações, do progresso da civilização. Uma construção que é feita a partir do final da segunda guerra mundial, que legitima os apoios norte-americanos à então Europa devastada pelas hostilidades entre as suas nações. Não iremos neste debate desenvolver esta questão, mas gostaríamos de salientar que a usamos com algumas reservas, dada esta crença num único caminho e na possibilidade de uso dos recursos do planeta de forma infinita que ele tem vindo a legitimar. Por isso, falamos hoje de “Desenvolvimento Sustentável”, uma outra narrativa, presente na agenda 2030 das Nações Unidas, que para o bem e para o mal marcará o pensamento sobre as ações na economia, sociedade e no ambiente na próxima década e meia.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão ancorados nestes três pilares – economia, a sociedade e o ambiente. Algumas vozes críticas têm

vindo a chamar atenção para a ausência dum quarto pilar que seria a cultura. Vozes críticas que tem-tido com resposta a visão da transversalidade da cultura, por um lado, a sua presença em algumas medidas dos 17 ODS. Para quem defende, tal como está consignado no artigo 9º da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, aprovada pela UNESCO em 2006, que há uma relação entre cultura e desenvolvimento, esta transversalidade teórica, pontuada em meia dúzia de medidas, distribuídas pelas questões do combate à pobreza, do acesso à educação, da igualdade de género, na criação de cidades mais sustentáveis ou no entendimento da necessidade dum trabalho digno, deixou os grupos de intervenção cultural sem grandes margens de intervenção nestes grandes desígnios da humanidade.

Não deixando de ser uma narrativa que minoriza o lugar da cultura, os atores da cultura não deixarão certamente de colocar a questão do lugar da cultura e do direito à cultura na agenda e manter uma ação de reivindicação da relevância da cultura para o tempo que vivemos. Em que dimensões poderemos então intervir?

Sabemos que a cultura é o ingrediente fundamental do processo de formação das identidades das comunidades. Um processo que se desenvolve em diversos níveis, do nível individual, de grupos e famílias e de cultura. A contribuição para a formação das identidades é uma dos elementos mais relevantes da ação cultural, pois fornece os elementos agregadores e de orientação. Mas a cultura não é apenas um quadro de referências identitárias. Ela é também a experiência da vivência em sociedade. A experiência através do ato criativo ou através do consumo dos bens culturais.

Por essa razão os bens culturais têm que ser de acesso universal, necessitam de uma atividade de educação e formação. A cultura necessita de ser comunicada e é um instrumento de cooperação entre os povos e nações. Através da cultura constroem-se diálogos entre diferentes comunidades.

Sendo a cultura um campo bastante vasto, composta por pessoas, grupos e organizações que atuam em diferentes domínios, das artes, do espetáculo, da leitura e da escrita, da inovação e do património, não podemos deixar de refletir sobre o papel dos museus na educação patrimonial e da sua função na sociedade atual.

A nova Recomendação da UNESCO sobre “museus, coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade”, aprovada faz agora um ano, para além de ser um documento guia para os profissionais, chama a atenção para a relevância que estas organizações têm no mundo contemporâneo, em particular na intervenção na formação da cidadania nos lugares onde atuam. É neste quadro que eu gostaria de chamar a atenção para a

intervenção dos museus e dos processos museológicos e patrimoniais para aquilo que poderemos considerar como a sua função social e apontar as suas possibilidades para o envolvimento das comunidades locais.

A educação patrimonial popular nos museus

Na verdade, isso não é algo de novo nos museus. Há vários lugares onde se tem vindo a criar práticas de intervenção no campo da educação popular e patrimonial. A aplicação dos princípios da educação popular parte da crítica aos sistemas de educação formal, formados na acumulação de informação de forma acrítica e aplicada a situações abstratas; e propõem, como alternativa, atuações que estimulem e favoreçam a criação da autonomia dos cidadãos/ãs e suas capacidades de aplicar uma consciência crítica sobre as questões do mundo e do lugar onde vivem.

Esta educação tem sido sobretudo aplicada em sistemas de formação de adultos. Há contudo que reconhecer que ela se constitui uma ferramenta da educação patrimonial. O objetivo da educação patrimonial é neste domínio criar autonomia e consciência crítica através do património das comunidades.

A educação patrimonial parte do reconhecimento das memórias coletivas e dos patrimónios dos lugares, dos problemas que são colocados e na procura de soluções. Não é uma mera divagação pelo espaço ou pelas memórias na procura de curiosidades. Pode implicar o reconhecimento desse espaço ou a evocação de memórias singulares, mas esse processo terá sempre que ocorrer em situação de diálogo e deverá identificar problemas e enunciar propostas de resolução.

Não se trata de fazer um mero inventário ou de construir um roteiro no espaço. Trata-se de um processo onde o que é relevante é o envolvimento dos participantes na construção dos espaços e lugares de relevância, das memórias coletivas vividas na comunidade e organizar processo onde essas memórias e lugares sejam evocados.

A educação popular é um processo onde se encorajam as pessoas a fazerem perguntas e a procurarem as respostas recorrendo à sua curiosidade natural sobre eventos ou temas específicos do seu quotidiano e preocupações. Os participantes são convidados a refletir sobre questões que não têm respostas absolutas nem desenvolvimentos simples e que refletem a complexidade de situações do mundo real. O processo estimula o diálogo entre os participantes. O diálogo cria interações orais entre os participantes e procura estimular a troca de ideias, o que permite criar pontes entre as pessoas e cria um espaço propício para o desenvolvimento de ideias, reflexões e propostas, mesmo que sejam opostas ou diferentes. É através do diálogo que emergem as competências de comunicação e audição que promove a compreensão de diferentes questões e pontos de vista. A

diversidade do mundo através dos diferentes pontos de vista permite ao indivíduo ganhar autonomia e consciência de si.

A educação patrimonial permite criar uma consciência crítica sobre o território e sobre as suas heranças, criar condições para a população agir sobre esse território. A consciência crítica sobre um território e sobre os seus processos permite entender as formas de controlo desse espaço e dotar as comunidades de instrumentos de trabalho (ferramentas) para que se possa apropriar ou influir nos processos de ação sobre o território. Os processos participativos são instrumentos de empoderamento na comunidade.

Os processos participativos que os museus podem desenvolver nas comunidades onde se inserem, ao desenvolver as vivências dos territórios e dos seus diferentes tempos e modos de apropriação, permitem ultrapassar a visão tecnocrática dos projetos, identificar as necessidades locais e acabam por contribuir para a criação duma cultura comum e respeitadora da dignidade humana. Por outro lado, estando os museus inseridos em territórios específicos com a presença de comunidade portadoras de diferentes identidades, através dos processos museológicos e patrimoniais é possível integrar a participação dos diferentes grupos da comunidade.

Apenas para dar alguns exemplos onde isso está a acontecer no Sul global, não podemos deixar de evidenciar o caso dos processos de museologia social no Brasil Nos seus museus de Favela e nos ecomuseus indígenas. Neste ano o MINOM realizou a sua 17ª conferência na Comunidade da Nazaré, situada nas margens do Rio Madeira, no Estado da Rondônia, na amazónia. Ele realizou-se nesse lugar, porque a comunidade local procurava desenvolver um museu. Quando lá chegamos verificamos, que em grande medida pelo trabalho anteriormente feito pelo programa de extensão universitária da Universidade da Rondônia, o museu já existia. Não tinha era o nome de museus, pois todo o trabalho feito, de educação patrimonial popular, já tinha criado uma consciência crítica sobre as heranças patrimoniais e a autonomia dos membros da comunidade, que usam o património para organizaram as suas ações no mundo. É claro, que essa consciência não resulta apenas do trabalho do património, mas sobretudo do envolvimento das diferentes movimentos sociais, que atualmente se desenvolvem nesta região do mundo.

A ligação aos problemas do mundo é uma das necessidades dos processos patrimoniais. Eles não são movimentos para resolver esses problemas. Eles são apenas lugares onde se pode tomar consciência deles e desenvolver uma aprendizagem crítica sobre o mundo. São lugares de encontro.

Em Portugal, há também alguns lugares onde se desenvolvem processos de educação patrimonial com a mobilização da comunidade. Em São Brás de Alportel, onde a partir dum pequeno museu tradicional sobre o Traje, se

desenvolvem processos de inclusão das memórias e das comunidades. Em Castro Verde, onde a partir do pequeno Museu da Ruralidade, se envolve a comunidade na aprendizagem do canto tradicional. Um projeto que se espalhou por todo o município. Em Setúbal, onde no Museu do Trabalho, as tardes interculturais permitiram envolver diversas comunidades da envolvente ao museu. Há vários casos onde através da participação da comunidade foi possível desenvolver trabalho patrimonial, como no caso do Museu de Monte Redondo, no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, ou no museu Mineiro de São Pedro da Cova.

Há no entanto que ter em atenção que estas ações patrimoniais de educação popular podem não ser constantes no tempo. A ação patrimonial, embora deva ser constante, na prática nem sempre assim é. Só acontece quando há vontade de património. Quando as pessoas se organizam e se mobilizam. Quando exercem os seus direitos. Embora a lei preveja a participação, o exercício desses direitos depende da vontade de agir.

Temos que reconhecer, ao olharmos para estes processos, que a maioria dos casos a Educação Patrimonial Popular está ligada a ações que são dinamizadas por profissionais que se envolvem nos processos museais. Eventos ou situações em que algo sucede na sociedade onde se chama a atenção para o património, para a sua situação de perigo ou um outro qualquer motivo. E quando há saberes para agir a vontade de património tem condições de se exprimir de formas mais eficiente.

Isso leva-nos à conclusão, reforçando a ideia que aqui queremos sublinhar: É necessário que os direitos culturais sejam afirmados através de ações. Só assim eles podem ser eficazes, aperfeiçoar-se e ganhar relevância na sociedade

Pensar a educação patrimonial como uma oportunidade de agir num mundo em mudança é uma das possibilidades de criar e pensar sobre novas narrativas de representação do mundo. Caberá aos profissionais do património envolvido na educação identificar e estimular essa vontade de património. Quando essa vontade se exprime localmente e quando há condições de envolvimento de pessoas com autonomia e consciência crítica nos processos, algo acontece de relevante. É por isso relevante para a criação de processos patrimoniais participados que usem o envolvimento da comunidade em conjugação com políticas públicas adequadas. E esse é um outro desafio dos direitos culturais, o de reivindicar políticas públicas de apoio a processos de educação popular.

Bibliografia

- Declaração de Friburgo (2007). Universidade de Friburgo
- Direitos Culturais: Cultura e Desenvolvimento.
<http://www.culturalrights.net/es/>

- Leite, Pedro Pereira (2016). A Nova Recomendação da UNESCO sobre Museus Coleções, sua Diversidade e Função social, informa Museology Studies, nº 13, Lisboa
https://www.researchgate.net/publication/303566241_Sobre_a_Nova_Recomendacao_da_UNESCO_sobre_Museus_Coleccoes_sua_Diversidade_e_Funcao_Social

- Leite, Pedro Pereira Leite (2015). Cultura e Desenvolvimento?. Informal Museology Studies, nº 11, Lisboa
<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/7317/culturaedesenvolvimento.pdf?sequence=1>

- Rechena, Aida (2012). Sociomuseologia e Género: imagens da mulher em exposições de museus portugueses, Tese de Doutoramento em Museologia, Lisboa, ULHT

- UNESCO (2015). Recomendação sobre Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e sua Função Social